



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL
REQUERIMENTO Nº / 15
(Do Sr. Nilson Leitão)**

Solicita seja convocado o Excelentíssimo Sr. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos dos graves fatos noticiados na mídia acerca do desvio de dinheiro público de ONG ligada ao MST.

Senhor Presidente,

Requeremos com base no art. 50 da Constituição Federal, e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, a convocação do Excelentíssimo Sr. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos dos graves fatos noticiados na mídia acerca do desvio de dinheiro público de ONG ligada ao MST.

JUSTIFICAÇÃO

A ONG Associação Estadual de Cooperação Agrícola de São Paulo - Aesca recebeu do Ministério do Desenvolvimento Agrário recursos para prestar assistência técnica e promover a Feira Estadual de Produtos Agroecológicos da Economia Feminina, com mulheres assentadas de Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e sudoeste de São Paulo. Segundo a reportagem do Canal Rural o evento nunca foi realizado. E isso não é tudo, após uma investigação que durou quatro meses a reportagem do Canal Rural revelou que o convênio se tratava de um esquema para desviar dinheiro e abastecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.



No dia 24 de agosto do corrente ano, o site *canalrural* publicou matéria com o seguinte teor:

ONG ligada ao MST desvia dinheiro público
24 DE Agosto de 2015 às 18:55
Canal Rural
Atualizado em: 25 de Agosto de 2015.

Reportagem do Canal Rural revela que verba direcionada para a promoção de uma feira agroecológica em São Paulo foi utilizada em assistência ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A ONG Associação Estadual de Cooperação Agrícola de São Paulo (Aesca) recebeu do Ministério do Desenvolvimento Agrário R\$ 277.958,00 para prestar assistência técnica e promover a Feira Estadual de Produtos Agroecológicos da Economia Feminina, com mulheres assentadas de Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e sudoeste de São Paulo. Mas a reportagem do Canal Rural apurou que **o evento jamais foi realizado**. A investigação que durou quatro meses revelou que o convênio se tratava na verdade de um esquema para **desviar dinheiro e abastecer a rede de assistência ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**.

A presidente da ONG Aesca, Simone Tomaz dos Santos, que **recebeu o dinheiro**, é, inclusive, uma liderança do MST.

O convênio encerrou no último dia 30 de junho. No sistema de gestão de convênios, a data da feira estava marcada para os dias 7 e 8 de março deste ano no Mercado Municipal de São Paulo. Questionados, os trabalhadores do local afirmam que não houve evento deste tipo na data. No convênio assinado com o ministério, o endereço registrado pela ONG fica no Centro de São Paulo, mas não corresponde com a sede da entidade.

– Aqui é o Brasil de Fato, um jornal – responde uma atendente, no local.

Notas apresentadas pela ONG na vigência do contrato são de R\$ 90 mil, do dia 7 de março, data marcada para a feira. As mulheres assentadas teriam dormido em Guararema, na Escola Nacional Florestan Fernandes, que pertence ao MST. A entidade do movimento social embolsou o valor da nota. O local pode abrigar 230 pessoas, mas segundo a nota, 750 mulheres teriam dormido na escola, 520 a mais do que a capacidade permite.

– [A alimentação] já está inclusa na diária. Estadia, alimentação, café da manhã, da tarde, almoço e janta, com estadia, dão R\$ 120 por dia – conta uma fonte da escola.

Mesmo com a alimentação incluída na diária, uma segunda nota com valor da alimentação separada, de R\$ 36 mil, foi lançada. Ao todo, a escola do MST foi contemplada com R\$ 126 mil.



Seguindo o rastro de desvio e irregularidades, Campinas é o endereço registrado em uma nota datada de abril deste ano. A nota refere-se a uma locação de som no valor de R\$ 20.160,00. Na casa onde seria o endereço da empresa FBR Produções, funciona uma imobiliária.

Em Itapeva, no interior do estado, uma peça da engrenagem favorece o MST. Às margens de uma rodovia, fica o endereço de uma das empresas que prestou serviço para a ONG – uma agrovila ligada ao Movimento. A cooperativa recebeu R\$ 16 mil referentes à venda de mais de duas mil marmitas para as mulheres assentadas. Elas teriam passado por um treinamento no local.

Partes

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo, responsável pela administração do Mercado, enviou documento ao Canal Rural informando que não teve qualquer conhecimento da realização do evento.

O secretário-geral de Contas Abertas, Gil Castello Branco, explica que muitas das entidades beneficiadas possuem entre seus dirigentes pessoas ativamente ligadas ao MST.

– É desta forma que o recurso acaba saindo do ministério e chegando claramente no movimento. Isso já acontece há vários anos e nós já identificamos esse tipo de fato várias vezes. Na verdade, sai o dinheiro do ministro, vai para uma entidade que teoricamente está prestando um serviço, mas dali o recurso é repassado para uma outra entidade ou para determinada pessoa que tem ligações claras para o movimento – pontua.

Simone Tomaz dos Santos, a presidente da ONG Aesca, confirma a ligação entre as entidades:

– A Aesca é do movimento. É ligada ao movimento, então eu tenho que ter autorização dessa assessoria para falar com vocês – responde Simone ao Canal Rural.

Confrontada com a informação da administração do Mercado sobre o desconhecimento da realização da feira, ela garante que o evento foi realizado:

– A feira aconteceu. Houve a feira e nós estamos terminando de fechar a prestação de contas dentro do prazo legal do projeto – diz.

Todos os anos, **cerca de R\$ 6 bilhões saem dos cofres do governo federal para abastecer convênios com Organizações não Governamentais (ONGs)** – uma verba que, muitas vezes, não passa por controle.

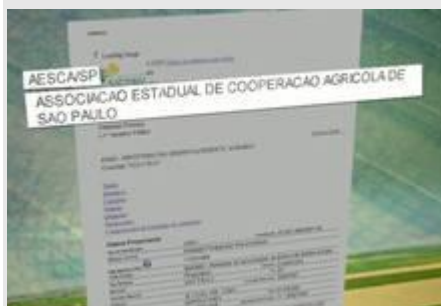
– É preciso que exista uma fiscalização rigorosa, não só na celebração de convênios, mas também na prestação de contas, e isso não tem acontecido, visto o volume de convênios neste montante, de até R\$ 6,5 bilhões do ano passado. Acaba que o governo não tem condições, não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

tem estrutura para fiscalizar aquilo que ele contratou perante estas entidades privadas sem fins lucrativos, e é aí que acontecem essas irregularidades – conclui Gil Castello Branco.

Procurado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário disse, em nota, ao Canal Rural que projeto foi selecionado via chamada pública em 2013 e foi contratado em 31 de dezembro do mesmo ano. Coforme o MDA, o evento está dentro do prazo para prestação de contas, “quando será possível verificar com maior precisão a execução do objeto pactuado e a documentação apresentada”.



Fonte: Canal Rural / Reprodução

Portanto, diante da relevância do tema é imprescindível a convocação do Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no âmbito desta Comissão, objetivando elucidar os fatos e prestar esclarecimentos não só a esta Casa, mas a toda população brasileira que vive um momento de insatisfação face aos reiterados escândalos de corrupção que causam prejuízos aos cofres públicos.

Nesse sentido conclamo os pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2015.

Dep. Nilson Leitão
PSDB/MT